

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****4ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003455-15.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**  
 Requerente: **Ana Maria da Silva Mendes**  
 Requerido: **Natura Cosméticos S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Glauce Helena Raphael Vicente Rodrigues**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c pedido de indenização por danos morais c/c pedido liminar de tutela de urgência proposta por **ANA MARIA DA SILVA MENDES** em face de **NATURA COSMÉTICOS S/A**, alegando, em resumo, que teve o seu nome incluído no SCPC a pedido da ré, embora nunca tivesse mantido qualquer relação jurídica com a requerida. Aduz que os fatos causaram-lhe danos morais os quais que devem ser indenizados em R\$ 10.000,00.

Concedidos os benefícios da Gratuidade da Justiça e indeferida a tutela provisória (fls. 28/29).

Citada, a requerida contestou a ação alegando, preliminarmente, ilegitimidade passiva “as causam”, uma vez que cedeu o título ao Grupo Recovery. No mérito, pediu a improcedência da ação, argumentando que a autora, após apresentar documentos pessoais, foi cadastrada junto à requerida como revendedora dos seus produtos, sendo os títulos inadimplidos decorrentes de efetivas requisições e entregas de produtos feitas à requerida. Por fim, impugnou o pedido de danos morais.

Réplica de fls. 122/134.

É o relatório.

A preliminar não prospera, na medida em que as negativas de crédito sobre o nome da autora conforme documento de fls. 25 foram apontadas pela requerida, sendo, portanto, parte legítima para responder pela ação.

No mérito, a ação é parcialmente procedente.

A negativação do nome da autora no SCPC é fato incontroverso (fls. 25).

A requerida, em contrapartida, em que pese afirmar que o débito decorre de produtos adquiridos pela autora como revendedora autorizada, não produziu uma única prova



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE ARARAQUARA**

**FORO DE ARARAQUARA**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

documental nesse sentido, não havendo qualquer lastro documental que justifique a inserção dos dados da autora junto aos órgãos de proteção ao crédito.

De observar-se que cabia à requerida o ônus de comprovar a legitimidade da inscrição desabonadora, instruindo a contestação com os documentos que deram origem às dívidas que foram objeto da negativação.

Não se desincumbindo desse ônus, pode-se concluir que a requerida deu causa à inscrição do nome da requerente no cadastro de consumidores inadimplentes de forma injusta e irresponsável, certamente ofendendo-lhe a honra.

Relevante destacar que, nesses casos, a exigência de prova de dano moral (extrapatrimonial) se satisfaz com a demonstração da existência da inscrição irregular, sendo o que basta para se entender cabível a indenização a esse título.

Em relação ao arbitramento do valor devido, é se considerar por um lado a satisfação da dor da vítima; por outro, busca-se evitar novas ofensas, adequando-se a indenização à condição pessoal das partes, para que não sirva de fonte de enriquecimento da vítima, nem agrave, sem proveito, a obrigação do ofensor.

Nesta esteira, entende-se razoável a fixação de indenização em valor de R\$ 5.000,00.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido deduzido na inicial para o fim de declarar a inexistência dos débitos apontados pela requerida (fls. 25), bem como para condená-la ao pagamento de indenização por danos morais de R\$ 5.000,00, devidamente atualizados e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, a partir desta data.

Havendo sucumbência recíproca, cada parte arcará com as respectivas custas e despesas. Fixo os honorários advocatícios em 20% do valor atualizado da condenação, sendo que cada parte arcará com 50% do montante, observada a gratuidade de Justiça deferida à autora.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 04 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**